

O PROGRAMA FOME ZERO: CULTURA POLÍTICA, ASSISTENCIALISMO E O DISCURSO DO PFL

FREITAS, Felipe¹;
PASE, Hemerson²

¹*Universidade Federal de Pelotas –felipecorrall@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – hlpase@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é utilizar o marco teórico da cultura política para interpretar a significação feita pelos deputados federais do Partido da Frente Liberal (PFL), realizadas no Grande Expediente da Câmara Federal, no período que compreende o primeiro semestre de 2003, tratando do Programa Fome Zero (PFZ), uma política social implementada no início do governo Lula. A escolha do Grande Expediente da Câmara Federal fundamenta-se no fato de ser o momento em que os deputados apresentam seus posicionamentos sobre os temas que estão em pauta no dia. Também é o momento em que os mesmos dispõem de um tempo maior para essas discussões. Já o recorte temporal para tal análise justifica-se devido ao lançamento deste programa ter maior repercussão no primeiro semestre de 2003.

O PFZ gerou muitas controvérsias com relação à sua criação e sua execução. Muitos o acusam de ser meramente assistencialista, já em contrapartida, há aqueles que dizem que esse caráter assistencialista na verdade é emergencial, uma vez que o programa não se reduz à distribuição de alimentos, possuindo outras políticas articuladas.

Segundo Yasbek (2004), o PFZ tem um caráter paliativo, pois não rompe com a ótica emergencial, cujo ponto mais importante foi colocar em evidência o lugar da pobreza e da fome na sociedade brasileira. No entanto, isso não descaracteriza o apelo simbólico e humanitário definindo-o como assistencialista e conservador, sem nenhuma grande inovação.

Em outro artigo, Yasbek (2003) aponta que as polêmicas e as principais críticas sobre o PFZ são referentes ao processo inicial de implementação técnica e política, cuja necessidade de articulações políticas específicas e locais, pautou-se pelo desencontro.

Contraopondo algumas críticas, Ananias (2004) destaca que pela primeira vez um governo assumiu o papel de luta e combate à fome com tanta determinação e obstinação como o Governo Lula. Segundo o autor, governos anteriores ocultaram esse problema, negando-se a tomar medidas concretas para atacar esse flagelo social.

Para o desenvolvimento e manutenção de uma democracia destacam-se alguns elementos essenciais tais como a estabilidade institucional democrática e uma cultura política participativa ou democrática ou 'em vias de...'. Os precursores da abordagem culturalista da democracia foram Almond e Verba (1963), cujo teria afirma que os valores, idéias, normas, princípios,

crenças e disposições sociais em relação à política influenciam determinantemente no tipo de regime político.

Existe uma relação entre democracia e cultura política, pois idéias, crenças e valores que valorizem a política como espaço de negociação de interesses constituirão uma disposição para participação na esfera pública, fundamental para a estabilidade da democracia. Portanto, a cultura política passaria a ser um conhecimento sobre temas políticos, das instituições políticas, até mesmo como o Congresso Nacional funciona.

Para Moisés (2008), a adesão à democracia, a “vontade de democracia”, seria fundamental para a construção de uma cultura política democrática. Além disso, o bom funcionamento das instituições democráticas ajuda a estabilidade da democracia, ou seja, as instituições de representação têm de ter a confiança do cidadão.

Segundo Moisés (2008), essa relação do cidadão com a democracia estaria em crise devido a fatores como corrupção e a ineficiência do Estado em suprir as demandas sociais, o que causa sérios problemas para a democracia. O assistencialismo se encaixaria em uma dessas características maléficas à democracia, pois o Estado não supre inteiramente a demanda social e, ainda, mantém o indivíduo preso nessa relação de dependência, criando assim um sentimento de descrença com relação à política.

Segundo os deputados opositores ao governo e contrários ao Programa Fome Zero, essa política não busca combater efetivamente a fome, mas sim assume um caráter assistencialista. Nesse sentido, se essa política é meramente assistencialista causa uma apatia em seus beneficiários, então, contribui para a formação ou consolidação de uma cultura política não democrática ou, nos termos de Almond & Verba (1963), paroquial ou sujeita.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração desse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos que abordam o Programa Fome Zero, observando-se que muitos trabalhos apontaram aspectos positivos e outros aspectos negativos sobre o tema. Foi apresentada uma rápida revisão bibliográfica, destacando o conceito de cultura política. Posteriormente, foram coletados os pronunciamentos dos Deputados Federais do PFL realizados no Grande Expediente da Câmara Federal, no período do primeiro semestre de 2003. Tomou-se como base para tal análise os aspectos teóricos e metodológicos de Ernesto Laclau & Chantal Mouffe (2004) e, também, os aspectos teóricos da análise do discurso de Michel Foucault (1997).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As principais críticas ao programa são alicerçadas no argumento do assistencialismo, enquanto que a defesa do programa, parecendo muitas vezes como um resposta a essas críticas, destacam que o assistencialismo na verdade é emergencial, mas que o programa não busca somente isso, e sim uma articulação com outras políticas sociais para melhorar a vida dos beneficiários.

Em nenhum momento, o PFZ sofreu críticas relacionadas ao seu objetivo, de combate à fome, e sim somente à forma de como foi implementado e executado. Essas críticas sugerem que o Programa assumiria um papel negativo para a formação da cultura política, pois, segundo os deputados do PFL e os críticos ao PFZ, não há uma real preocupação em retirar os assistidos da condição de dependência.

Portanto, o assistencialismo ajudaria a criar uma cultura política assistencialista, mantendo o assistido em uma condição de dependência do Estado. Políticas de inclusão, de educação técnica e investimentos na área social assumem um papel fundamental para a construção de uma cultura política mais cidadã.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho busca demonstrar a significação discursiva dos deputados federais do PFL com relação ao Programa Fome Zero, articulando esse *corpus discursivo* com o conceito de cultura política. Assim sendo, analisar o PFZ a partir dessa ótica se mostra como um novo olhar sobre essa temática, uma nova construção de como esse programa é significado. Além disso, fazendo uma articulação com o conceito de cultura política, demonstrando que o assistencialismo, principalmente oriundo do Estado, ajudaria na construção inversa de uma cultura política, ou seja, mantendo os assistidos nessa condição de dependência não seria benéfico para a democracia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. & VERBA, S. **The civic culture: political attitudes in five Western democracies**. Princeton, Princeton University Press. 1963.

ANANIAS, Patrus. **Fome Zero (2004)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia473.htm/html2pdf. Acesso em: 01 jun. 2009.

BAQUEIRO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21. p. 83-108, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una nova radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2004.

MOISÉS, J. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. **RBS**. Vol. 23 nº 66. 2008.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 2004, vol. 18, nº 2, pp. 104-112.

_____. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde soc.** [online]. 2003, vol.12, n.1, pp. 43-50.